

ENSINO DO TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO: ESTRATÉGIAS PARA DESENVOLVER A COMPETÊNCIA V

Sander da Conceição Vitoriano¹
Gustavo Souza Cavalcante²
Márcia Verônica Ramos de Macêdo³
Edilene da Silva Ferreira⁴

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo apresentar um relato de experiências dos bolsistas de iniciação à docência da Universidade Federal do Acre, em uma turma do terceiro ano do Ensino Médio, do Instituto Federal do Acre, sobre a produção de textos dissertativo-argumentativos. A partir de uma avaliação diagnóstica, observou-se uma grande dificuldade de os estudantes em produzir uma redação de acordo com as cinco competências estabelecidas pelo Inep para a elaboração do texto dissertativo-argumentativo, sobretudo à Competência V, que avalia a proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Isso apontou para a necessidade de práticas que favorecessem o aperfeiçoamento da escrita nessa tipologia textual. Utilizou-se como material de apoio *A redação do Enem: Cartilha do participante* (2024). A fundamentação teórica teve como base os estudos Koch e Elias (2016), uma vez que escrever argumentativamente requer organização das informações de maneira lógica e coerente. Além dos de Marcuschi (2008) que reforçam a escolha de um gênero textual segundo o contexto social e comunicativo. A metodologia adotada contou com uma avaliação diagnóstica da produção inicial do texto dissertativo-argumentativo dos estudantes. Constatou-se uma descomunal dificuldade no desenvolvimento da argumentação referente à Competência V. Diante disso, foram elaborados materiais de apoio, através dos quais foram explicados os elementos que devem conter na proposta de intervenção e realizaram-se leituras e análises de redações nota 1000. Como resultado, observou-se que houve uma evolução significativa, em especial da Competência V, haja vista que dos 31 estudantes, 22 obtiveram um desfecho satisfatório, pois 4 atingiram 200 pontos, 10 obtiveram 160 pontos e 8 obtiveram 120 pontos. Apesar disso, 2 obtiveram 80 pontos, 3 obtiveram a nota zero e 4 foram classificados como “TEXTO INSUFICIENTE”

Palavras-chave: Texto dissertativo-argumentativo, Competência V, direitos humanos, PIBID.

INTRODUÇÃO

Aperfeiçoar a competência textual dos estudantes é uma urgência cada vez mais inquietante devido ao contexto educacional contemporâneo. Desse modo, e tomando

¹ Graduando do Curso de Licenciatura em Letras/Língua Portuguesa da Universidade Federal do Acre – Ufac, sander.vitoriano@sou.ufac.br;

² Graduando do Curso de Licenciatura em Letras/Língua Portuguesa da Universidade Federal do Acre – Ufac, gustavo.cavalcante@sou.ufac.br;

³ Doutora em Letras e Linguística, Universidade Federal do Acre – Ufac, marcia.macedo@ufac.br;

⁴ Doutora em Estudos Linguísticos, Instituto Federal do Acre – Ifac, edilene.ferreira@ifac.edu.br





conhecimento dessa necessidade, os bolsistas do Programa Institucional de Iniciação à Docência de Língua Portuguesa da Universidade Federal do Acre, que atuam no Instituto Federal do Acre, sob a orientação da professora regente da sala e supervisora da instituição de ensino na qual eles agem, aprimoraram seus estudos em relação as cinco competências, adotadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), para a correção do texto dissertativo-argumentativo, tendo em vista que o objetivo deste relato de experiência é expor os resultados satisfatórios obtidos por meio dos estudos e aplicação dos conhecimentos compartilhados com os estudantes durante as aulas na produção da redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Contudo, é preciso observar que se constatarem dilemas notáveis durante o processo de desenvolvimento da escrita do texto dissertativo-argumentativo, sobretudo, no que diz respeito aos critérios de avaliação da Competência V. Essa competência da redação do Enem avalia a apresentação de uma "proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando-se os direitos humanos" (BRASIL, 2024, p. 28). Produzir uma proposta de intervenção para o problema apresentado pelo tema denota propor uma iniciativa que busque, mesmo que minimamente, enfrentá-lo. O desenvolvimento de uma proposta de intervenção no texto dissertativo-argumentativo do Enem representa uma oportunidade a fim de que o candidato demonstre sua capacidade para o exercício da cidadania e possa atuar na realidade em conformidade com os direitos humanos (BRASIL, 2024, p. 28).

A redação do Enem expressa a necessidade de respeitar os direitos humanos, caso contrário, o candidato é penalizado em sua redação, pois não apresenta em seu texto propostas que estejam de acordo com esse princípio. São exemplos de desrespeito aos direitos humanos a defesa à tortura, linchamento, discurso de ódio ou qualquer tipo de violência discriminatória (BRASIL, 2024, p. 29). Logo, para que o texto seja efetivamente avaliado na Competência V, é fundamental que ele respeite “dignidade humana, igualdade de direitos, reconhecimento e valorização das diferenças e diversidades, laicidade do Estado, democracia na educação, transversalidade, vivência e globalidade, sustentabilidade socioambiental” (BRASIL, 2024, p. 30).

Para além disso, em outubro de 2017, a Associação Escola Sem Partido pediu à justiça que o item 14.9.4 do edital do Enem de 2017 fosse suspenso, uma vez que esse item afirmava anteriormente o seguinte: “Será atribuída nota zero (0) à redação que apresente impropérios, desenhos e outras formas propositais de anulação, bem como que desrespeite os direitos humanos, que será considerada “Anulada [...]” (BRASIL, 2017, p. 50).





Por fim, o pedido foi acatado, por decisão da ministra Cármen Lúcia, após recuso do Inep para derrubar a decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. A decisão foi sustentada e aceita devido a garantia de liberdade de expressão de pensamento e opinião (ADORNO, 2017). Desse modo, desde então, ao texto que desrespeita os direitos humanos é atribuída a nota zero apenas na Competência V, não sofrendo, em decorrência disso, nenhuma penalidade nas demais competências.

Este trabalho tem por objetivo apresentar um relato de experiências dos bolsistas de iniciação à docência do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) da Universidade Federal do Acre, em uma turma do terceiro ano do Ensino Médio, do Instituto Federal do Acre, com a produção dos textos dissertativo-argumentativos. Os dados analisados foram produzidos durante a atuação dos bolsistas de iniciação à docência na sala da instituição que corresponde ao lócus de pesquisa.

Este artigo está dividido em 7 seções. A primeira, contém a introdução do trabalho, com a exposição dos principais pontos discutidos. A segunda apresenta a metodologia utilizada para o desenvolvimento das aulas teóricas, assim como o desenvolvimento da produção textual estudada. A terceira aborda o referencial teórico aplicado para embasamento do artigo e discussão com autores conceituados na área de produção de texto. A quarta demonstra os resultados e discussões obtidos com os dados das redações dos estudantes. A quinta versa sobre as considerações finais. A sexta são os agradecimentos. Por último, a sétima são as referências utilizadas para fundamentar todo o estudo.

METODOLOGIA

O primeiro passo para estudo dessa competência em textos de estudantes do terceiro ano do Ensino Médio foi a solicitação de que escrevessem uma redação com o tema “Desafios para implementação da lei 15.100/2025”. Essa produção teve como objetivo realizar um diagnóstico acerca dos conhecimentos dos estudantes sobre a escrita de textos dissertativo-argumentativos e quais conhecimentos eles tinham sobre a aplicação da Competência V, a fim de conhecermos quais são as dificuldades que eles encontram no momento da produção do texto. Após a produção da redação, a professora e os bolsistas fizeram a correção e tabularam os resultados, segundo as cinco competências definidas pelo Inep para a produção dessa tipologia textual. A princípio, as redações foram avaliadas com muitas notas boas. Porém, observamos um *déficit* muito grande na Competência V que versa sobre a produção de uma proposta de intervenção para o problema apresentado no tema.





Uma vez realizada essa etapa, observando as principais dificuldades dos estudantes, a professora regente da turma e os bolsistas, realizaram duas aulas com duração de cinquenta minutos cada a fim de aprimorar, nos estudantes, seus conhecimentos acerca das cinco competências, com ênfase na Competência V. Para isso, foi utilizada da *Cartilha do Participante 2024* para produzir materiais didáticos específicos, por exemplo, slides com exemplos práticos do que são os **direitos humanos**, exemplos de desenvolvimento de uma proposta de intervenção paralela aos direitos humanos e a análise de redações nota 1000, todos voltados para a competência que obteve mais insuficiência na sua produção.

Por fim, depois de apresentada toda a teoria para construção de uma proposta de intervenção, aconteceu o momento de uma nova redação para os 31 estudantes do terceiro ano do Ensino Médio atendidos. O tempo dado para o desenvolvimento da nova redação foi de 100 minutos, tendo em vista que, durante o processo, os estudantes foram tirando algumas dúvidas que iam surgindo no momento da escrita, por isso a necessidade de um tempo superior a 60 minutos para a produção.

Os dados foram organizados em tabelas, que são apresentadas na seção de resultados e discussões. Para preservar as identidades dos participantes e manter o anonimato, eles foram organizados a partir de um código alfanumérico, formado pela letra “P”, e os números de 1 a 31.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Competência V da redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) avalia a capacidade do participante de propor uma intervenção para o problema apresentado no texto, respeitando os direitos humanos, de modo detalhado e coerente (BRASIL, 2024, p. 28). Essa exigência implica que a intervenção não seja um elemento isolado, mas que esteja integrada à linha argumentativa do texto, demonstrando compreensão do problema e articulação de soluções viáveis e socialmente responsáveis.

No campo da produção textual, Koch e Elias (2016) destacam que a argumentação constitui a base para a construção de sentido nos textos. Segundo as autoras, escrever argumentativamente requer que o autor organize informações, dados e opiniões de maneira lógica e coerente, conduzindo o leitor à compreensão das ideias propostas. Essa articulação é essencial para que a proposta de intervenção exigida pela Competência V seja percebida como uma consequência natural do raciocínio desenvolvido ao longo do texto, e não apenas como uma exigência formal da avaliação.





Além disso, Marcuschi (2008) reforça que a produção textual deve ser compreendida dentro de um contexto social e comunicativo, em que a escolha do gênero textual e a adequação ao público influenciam diretamente a eficácia da comunicação. Em relação à redação do Enem, a proposta de intervenção representa um exercício de cidadania, no qual o candidato deve demonstrar conhecimento de mundo e sensibilidade ética, articulando informações e argumentações que respeitem princípios universais.

A *Cartilha do Participante – Redação do Enem 2024* fornece parâmetros claros para atender à Competência V, indicando que a proposta deve conter "agente", "ação", "modo/meio", "efeito" e "detalhamento", de modo a garantir coerência, viabilidade e respeito aos direitos humanos. Estes princípios encontram respaldo na Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), que assegura dignidade, liberdade e igualdade a todos os indivíduos, constituindo uma base ética e normativa para a elaboração de propostas de intervenção em textos argumentativos.

Portanto, compreender e aplicar a Competência V perpassa os critérios avaliativos: constitui um exercício de formação cidadã, em que o estudante deva ser capaz de propor soluções coerentes e éticas para problemas sociais, articulando seu conhecimento de mundo com a argumentação textual e a compreensão das normas exigidas para a escrita dessa tipologia textual no Enem.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados das atividades desenvolvidas para aumentar a nota dos estudantes na Competência V da redação do Enem estão apresentadas da seguinte maneira dentro dessa seção: a primeira tabela apresenta os resultados da redação diagnóstica; a segunda tabela apresenta os resultados da segunda redação produzida pelos estudantes após intervenção dos bolsistas de iniciação à docência de Língua Portuguesa da Universidade Federal do Acre e a professora regente, com a finalidade de ensinar mais conceitos teóricos para melhor fundamentação para o desenvolvimento dessa competência; e, por fim, um gráfico expõe a comparação das duas redações para elucidar a evolução significativa dos estudantes em relação à produção da Competência V.

A redação diagnóstica foi de extrema importância para sabermos em qual competência os estudantes estavam apresentando maior dificuldade. Depois de tabulados os resultados, discutidas as medidas que iríamos realizar para elevar as notas e definidos os conteúdos para a produção de materiais de apoio e aplicação das aulas teóricas, aconteceu o momento de





produção de uma nova redação. A seguir, apresenta-se uma tabela com o tema da redação 1, seguido de um código alfanumérico, formado pela letra “P”, e os números de 1 a 31, que totaliza a quantidade de estudantes que produziram o texto seguido da nota alcançada da competência em tela.

Tabela 1 – Demonstrativo das notas da Competência V em relação a redação diagnóstica (redação 1).

Tema: DESAFIOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 15.100/2025	
Código alfanumérico	Nota alcançada na Competência V
P1	80
P2	200
P3	160
P4	80
P5	40
P6	80
P7	200
P8	0
P9	80
P10	160
P11	0
P12	160
P13	200
P14	0
P15	200
P16	80
P17	0
P18	40
P19	160
P20	160
P21	0
P22	40
P23	0
P24	120
P25	80
P26	200
P27	120
P28	80
P29	120
P30	80
P31	40

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa, 2025.

Os resultados da produção diagnóstica do texto dissertativo-argumentativo, a princípio, não foram em sua totalidade negativos, uma vez que 5 estudantes conseguiram alcançar a nota máxima dessa competência, ou seja, 200 pontos; 5 estudantes alcançaram 160 pontos; 3 estudantes alcançaram 120 pontos; 8 estudantes alcançaram 80 pontos; 4 estudantes alcançaram 40 pontos; 6 estudantes não conseguiram atingir nenhuma pontuação nessa





competência, isto é, 0 pontos. Segundo a Cartilha do Participante – Redação do Enem (2024), a nota 0 é atribuída quando o participante: “Não apresenta proposta de intervenção ou apresenta proposta não relacionada ao tema ou ao assunto” (BRASIL, 2024, p. 31).

Os dados da Tabela 2 demonstraram um efeito positivo advindo do trabalho desenvolvido pelos bolsistas de iniciação à docência em conjunto com a professora regente, porque houve uma participação expressiva dos estudantes nos debates e discussões acerca da Competência V do texto dissertativo-argumentativo do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) expresso pelos resultados tabelados abaixo. A seguir, apresenta-se uma tabela com o tema da redação 2, seguido de um código alfanumérico, formado pela letra “P”, e os números de 1 a 31, que totaliza a quantidade de estudantes que produziram o texto e a nota da competência em foco.

Tema: A DEPENDÊNCIA EM JOGOS DE APOSTA ON-LINE EM QUESTÃO NO BRASIL	
Código alfanumérico	Nota alcançada na Competência V
P1	120
P2	120
P3	160
P4	TEXTO INSUFICIENTE ⁵
P5	160
P6	120
P7	0
P8	0
P9	TEXTO INSUFICIENTE
P10	200
P11	0
P12	120
P13	200
P14	120
P15	200
P16	120
P17	120
P18	TEXTO INSUFICIENTE
P19	160
P20	160
P21	120
P22	160

Tabela 2 – Demonstrativo das notas da Competência V em relação a segunda redação (redação 2).

P23	160
-----	-----

⁵ O Texto Insuficiente na produção do texto dissertativo-argumentativo pode ser compreendido como sendo: “extensão de até 7 (sete) linhas manuscritas, qualquer que seja o conteúdo ou extensão de até 10 (dez) linhas escritas no sistema Braille, situações que configurarão ‘Texto insuficiente’” (BRASIL, 2024, p. 7).





P24	160
P25	80
P26	160
P27	160
P28	80
P29	TEXTO INSUFICIENTE
P30	200
P31	160

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa, 2025.

A Tabela 2 apresenta o demonstrativo das notas referentes à Competência V da segunda redação, cujo tema foi “A dependência em jogos de aposta on-line em questão no Brasil”. Os dados demonstram o aperfeiçoamento dos estudantes, no que tange ao desenvolvimento da competência em tela.

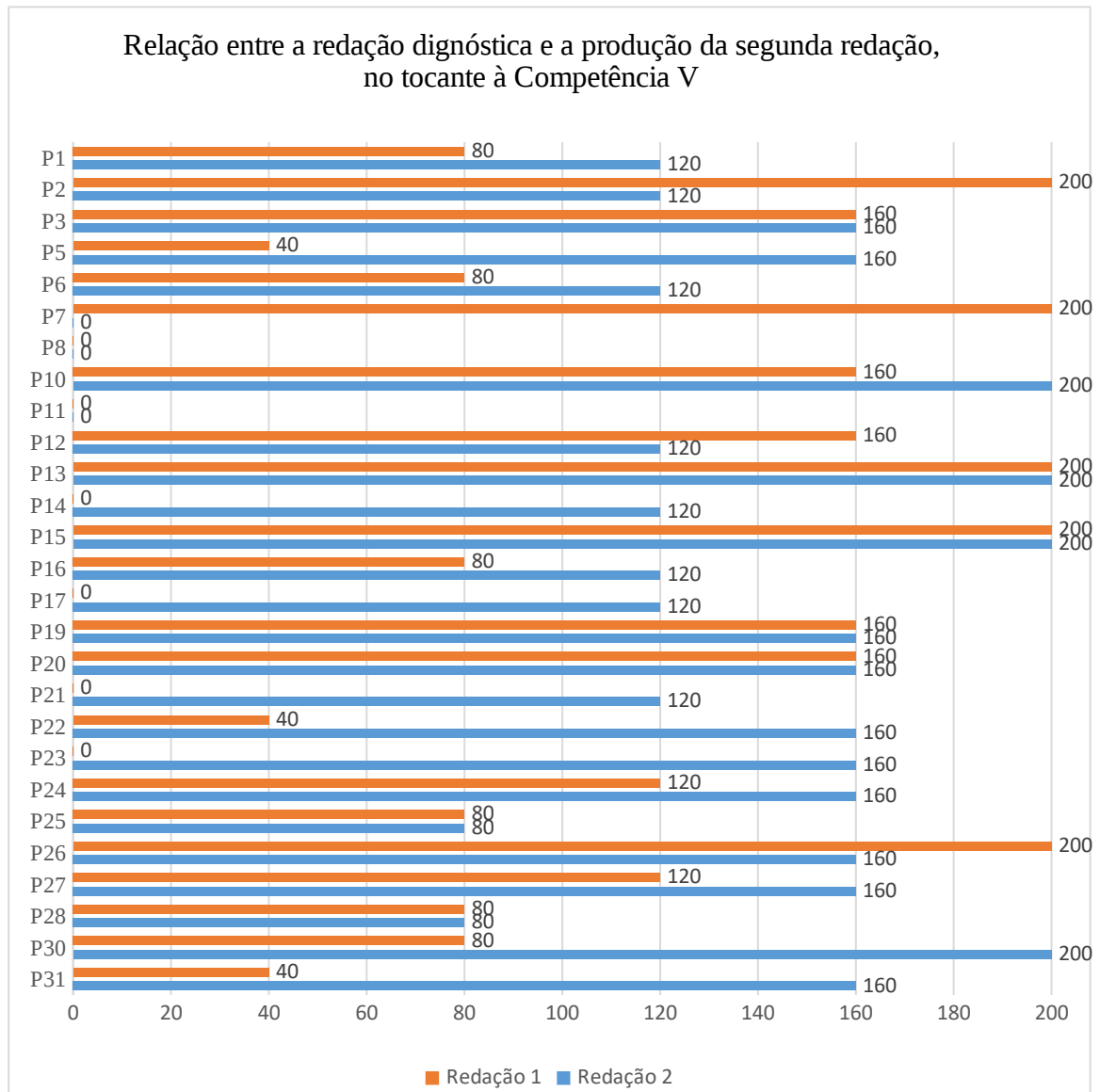
Como resultado, observou-se que houve uma evolução significativa, em especial da Competência V, haja vista que dos 31 estudantes, 22 obtiveram um desfecho satisfatório, pois 4 atingiram 200 pontos, 10 obtiveram 160 pontos e 8 obtiveram 120 pontos. Apesar disso, 2 obtiveram 80 pontos, 3 obtiveram a nota zero e 4 foram classificados como “TEXTO INSUFICIENTE”. Essa classificação indica que as redações não atingiram o número mínimo de linhas exigido para correção, impossibilitando a atribuição de nota. Esses casos levantam hipóteses relacionadas, possivelmente, à gestão do tempo de escrita ou à insegurança diante do tema abordado.

De modo geral, os resultados demonstram uma predominância de notas intermediárias (120 e 160 pontos), o que revela desempenho satisfatório, embora ainda aquém da excelência esperada. Essa distribuição reforça a necessidade de um trabalho pedagógico contínuo voltado ao desenvolvimento da competência argumentativa nas produções escritas. Nesse sentido, Koch e Elias (2016) apontam que escrever não se limita à exposição de ideias, mas pressupõe a construção de sentidos por meio de relações argumentativas coerentes, progressivas e socialmente situadas. Assim, os dados analisados indicam que muitos estudantes ainda não conseguem mobilizar plenamente estratégias discursivas que articulem argumentos ao propósito comunicativo e ao interlocutor, o que explica os resultados medianos encontrados. Fortalecer processos de ensino que promovam a progressão temática, a seleção intencional de recursos linguísticos e a inserção crítica no debate público torna-se, portanto, fundamental para estimular a argumentação efetiva e o compromisso ético com os direitos humanos nas redações.





Por fim, apresenta-se um gráfico para melhor visualizar a nota da redação diagnóstica e a nota da redação 2 para fazer a comparação e expor o trabalho, em números satisfatórios, desenvolvido pela professora regente e pelos bolsistas ID em prol da evolução dos estudantes na escrita dessa tipologia textual.



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa, 2025.

O gráfico acima demonstra, por meio de dados numéricos, a eficácia que os materiais de apoio e as aulas desenvolvidas pela professora regente da turma e os bolsistas ID tiveram em relação aos estudantes. Outrossim, é possível evidenciar a evolução significativa de 13 estudantes, uma vez que um desses 13 estudantes conseguiu ultrapassar os 160, da primeira redação, e atingir os pontos para 200 pontos; 1 estudante evoluiu de 80 pontos para 200 pontos; 2 estudantes evoluíram de 40 pontos para 160 pontos; 1 estudante evoluiu de zero para 160 pontos; 2 estudantes evoluíram de 120 pontos para 160 pontos; 3 estudantes





evoluíram de 80 pontos para 120 pontos, 3 estudantes evoluíram de zero pontos para 120 pontos.

Os estudantes de código alfanumérico P4, P9, P18 e P29, exibidos na Tabela 1 e na Tabela 2, não foram considerados para compor o gráfico, porque, na produção da segunda redação, eles não conseguiram produzir texto suficiente para ser avaliado, apesar de possuírem nota na redação diagnóstica.

Em linhas gerais, faz-se necessário pesquisar e aplicar abordagens educacionais que visam ao conhecimento teórico em relação à função dos três poderes existentes no Brasil: Poder Executivo; Poder Legislativo; Poder Judiciário. Essas informações são fundamentais para os estudantes, uma vez que alguns deles informam a ação incorreta que o Poder Executivo exerce, embora não haja desconto de pontos, porque está na mesma área semântica de atuação. Entretanto, esses conhecimentos não se fazem imprescindíveis apenas para o conhecimento teórico dos estudantes, porque eles também precisam conhecê-los para cumprir com seus deveres e exigirem seus direitos perante a cidadania que participam e a esfera de poder responsável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo apresentou-se um relato de experiência no qual se observa a importância do Programa Institucional de Iniciação à Docência, através do subprojeto Pibid de Língua Portuguesa, coordenado pelas professoras, Dra. Grassinete Carioca de Albuquerque de Oliveira e Dra. Paula Tatiana da Silva Antunes e idealizado pela Profa. Dra. Márcia Verônica Ramos de Macêdo, todas docentes do Centro de Educação Letras e Artes da UFAC, é uma oportunidade incomparável para o desenvolvimento da formação profissional de futuros professores da educação básica, por meio da participação ativa em sala de aula e da obtenção de experiências práticas, desempenhando um papel relevante no âmbito educacional dos bolsistas IDs, na companhia de pessoas dedicadas a uma educação humanista e plural, possibilitando o “sonho” aos estudantes do Ensino Médio de adentrarem no curso de ensino superior.

Primamos, no subprojeto, por uma educação humanística na qual, compreendemos que o propósito da educação é uma questão essencial ao se considerar o papel dela na criação de uma sociedade pacífica e justa. Tal propósito deve refletir os mais elevados ideais, tais como “Educação para a cidadania global” (Daisaku Ikeda, 2017, p. 33). Além disso atuamos na educação com base em 3 princípios: **sabedoria, coragem e compaixão, retratando** de forma





expressiva a **Teoria de Criação de Valor** do Educador Tsunessaburo Makiguti quando diz que “Toda criança deve ser feliz na escola”.

Sendo assim, é mister que se continue a elaborar e realizar projetos dessa natureza nas escolas públicas, visando oportunizar aos jovens a realização de objetivos, visto que só a educação transforma e, através dela, há o efetivo exercício da cidadania, através de uma profissão, de salário digno, moradia, alimentação, saúde e lazer para todos. E, para além disso, é imprescindível que se ampliem as demandas de bolsas de Iniciação à docência para a manutenção do discente na universidade.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Acre pelo apoio financeiro para deslocamento até o local do evento;

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior – CAPES, pela concessão das bolsas de iniciação à docência;

À Coordenadora de Área pela orientação, apoio e disponibilidade;

À Supervisora do Instituto Federal do Acre, Profa. Dra. Edilene da Silva Ferreira, pelo apoio nas atividades didático-pedagógicas, pelo acompanhamento nos eventos acadêmicos e pela contribuição na formação dos bolsistas de iniciação à docência, assim como na escrita desse relato de experiência;

À Profa. Dra. Márcia Verônica Ramos de Macêdo pelo apoio no desenvolvimento do artigo e disponibilidade, mesmo em período de aperfeiçoamento profissional, para corrigir o texto em tela;

Aos colegas do subprojeto Pibid de Língua Portuguesa da Universidade Federal do Acre que atuam no Instituto Federal do Acre, sobretudo, Gustavo Souza Cavalcante que tanto contribuiu para a escrita desse relato de experiência;

Por fim, à escola e aos estudantes, pelo conhecimento e disposição em participarem das atividades e debates.

REFERÊNCIAS

ADORNO, L. **Ferir direitos humanos não zera redação do Enem, mas tira pontos; entenda.** Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2017/11/04/desrespeitar-direitos-humanos-nao-zera-redacao-do-enem-mas-tira-ate-200-pontos.htm>. Acesso em: 4 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Competência V. In: **A redação do Enem: Cartilha do Participante 2024.** Brasília, DF; MEC; Inep, 2024. Disponível em:





https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_examenes_da_educacao_basica/a_redacao_no_enem_2024_cartilha_do_participante.pdf. Acesso em: 20 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **COMPETÊNCIA**, V. **Material de Leitura Módulo 07**. Brasília, DF; MEC; Inep, 2019. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/downloads/2020/Competencia_5.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2025.

DIRETORIA EXECUTIVA DA REITORIA DEPARTAMENTO DE SELEÇÃO COORDENADORIA DE PROCESSOS SELETIVOS. [s.l.: s.n.]. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/edital/2017/edital_enem_2017.pdf. Acesso em: 4 ago. 2025.

KOCH, Ingedore G. Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Escrever e argumentar**. 17. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

IKEDA, Daisaku. **Educação Soka**. São Paulo: Editora Brasil Seikyo, 2017.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARTINS, Dileta Silveira; ZILBERKNOP, Lúbia Scliar. **Português Instrumental**. 23. Ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2002. 562 p.

MENDONÇA, Márcia. BUNZEM, Clécio. **Português no ensino médio e formação de professor**. São Paulo: Parábola, 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris: ONU, 1948. Disponível em: <https://www.un.org/pt/universal-declaration-human-rights/>. Acesso em: 13 ago. 2025.

VARISCO, Alessandra Gomes; MORETTO, Milena. **O trabalho com uma sequência didática do gênero dissertação escolar a alunos do ensino médio: uma análise das capacidades de linguagem desenvolvidas**. Revista Intercâmbio, v. XLIII: 1-17, 2020. São Paulo: LAEL/PUCSP.

